

ATA N.º 2/2023:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE JANEIRO DE 2023:

No dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Centro Comunitário de Águas de Moura, no âmbito da semana da Freguesia de Marateca, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Ana Elísia Gonçalves Monteiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

Através do edital nº 6/DAFRH-DAAG/2023 foi, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 1.º do Regimento da Câmara Municipal e de harmonia com a alínea m) do n.º 1, do art.º 35.º, conjugado com o n.º 4, do artigo 40.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convocada a reunião descentralizada desta Câmara Municipal a realizar no dia 25 de janeiro, às 21.00 horas, no Centro Comunitário de Águas de Moura, no âmbito da semana da Freguesia de Marateca.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência dos pedidos de substituição para a reunião de câmara, apresentados pelos Srs. Vereadores Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão e Paulo Jorge Simões Ribeiro, foram convocados, nos termos dos nºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro (Anexos a esta ata como documento n.º 1) e o Roberto José Lopes Cortegano (Anexos a esta ata como documento n.º 2), respetivamente

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Proposta de criação das Freguesias de Marateca e de Poceirão, por desagregação da União das Freguesias de Poceirão e Marateca - Parecer

PONTO 2 – Apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes: renovação do Protocolo de Colaboração com as Associações de Bombeiros do Concelho

PONTO 3 – Pagamento das Equipas de Intervenção Permanente (EIP) – Associações de Bombeiros de Palmela, Pinhal Novo e Águas de Moura

PONTO 4 – Aprovação do Mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa 2022

PONTO 5 – 1.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027

PONTO 6 – Desvinculação do Município de Palmela da Associação UNIV Sénior de Palmela

PONTO 7 – Projeto de Regulamento Municipal de Habitação – Discussão pública

PONTO 8 – Cedência precária de domínio público à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local para a realização da Feira Divertimentos de Carnaval em Pinhal Novo

DESPACHOS EMITIDOS POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do urbanismo:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pelo Sr. Presidente, Dr. Álvaro Manuel Balseiro Amaro, no âmbito do Urbanismo, no período compreendido entre 09.01.2023 a 20.01.2023.

ATOS PRATICADOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – No âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido entre 06.01.2023 a 23.01.2023.

ATOS PRATICADOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria de processos de obras públicas:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho e pela Sra. Diretora do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, Dra. Teresa Palaio, em matéria de processos de obras públicas, no período compreendido entre 10.01.2023 a 23.01.2023.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 11.01.2023 a 24.01.2023, no valor de 3.109.878,96 € (três milhões, cento e nove mil, oitocentos e setenta e oito euros, e noventa e seis cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 6.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 24.01.2023, apresenta um saldo de 23.121.868,19 € (vinte e três milhões, cento e vinte e um mil, oitocentos e sessenta e oito euros, e dezanove cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 20.368.699,81 € (vinte milhões, trezentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e nove euros, e oitenta e um cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 2.753.168,38 € (dois milhões, setecentos e cinquenta e três mil, cento e sessenta e oito euros, e trinta e oito cêntimos).

APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 14/2022, da reunião extraordinária de 23 de junho de 2022.

A ata foi aprovada, por unanimidade. O/A Sr./a Vereador/a Carlos de Sousa e Fernanda Pésinho e, não votaram por não terem estado presentes na referida reunião.

— ATA n.º 20/2022, da reunião ordinária de 12 de outubro de 2022.

A ata foi aprovada, por unanimidade. O/A Sr./a Vereador/a Roberto Cortegano e Ana Elísia Monteiro, não votaram por não terem estado presentes na referida reunião.

— ATA n.º 21/2022, da reunião ordinária de 19 de outubro de 2022.

A ata foi aprovada, por unanimidade. O Sr. Vereador Carlos de Sousa, não votou por não ter estado presente na referida reunião.

— ATA n.º 23/2022, da reunião ordinária de 16 de novembro de 2022.

A ata foi aprovada, por unanimidade. A Sra. Vereadora Ana Elísia Monteiro, não votou por não ter estado presente na referida reunião.

METODOLOGIA DE FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES DE CÂMARA DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** começa por explicar que, nas reuniões descentralizadas, inverte-se a metodologia de funcionamento das mesmas, para possibilitar o Período da Intervenção do Público no seu início, seguindo-se o Período Antes da Ordem do Dia e, por último, a Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** descreve o programa da semana da Freguesia de Marateca, referindo que, este é regresso feliz, depois do ciclo 2022 ainda com alguns percalços devido à pandemia. Esta semana iniciou no sábado de manhã, com a inauguração oficial do Centro Comunitário de Águas de Moura, considerando ser um momento muito feliz, de partilha com a comunidade, que participou com grande entusiasmo nesta reabertura. Mais refere que a requalificação do edifício histórico partiu de um projeto com grande ambição e procurou dotá-lo de novas valências, tornando-o acessível e gerar novas dinâmicas, sempre em articulação com os diversos agentes locais. Além

das atividades de âmbito formativo, económico e sociocultural que o Município tem previstas - e do que já acontece, com a Biblioteca, o espaço de *gaming*, a Loja Social, a Loja da Aldeia, o espaço multiusos e as salas afetas a diferentes entidades - é preciso também dar resposta às necessidades e expectativas da própria comunidade, tendo apelado à participação da população com a apresentação de propostas, para que o equipamento seja bem vivido, pertinente e impulsionador de mais desenvolvimento para a freguesia.

Aproveitando para fazer um resumo trabalho da Semana da Freguesia de Marateca, assinala que a manhã de segunda-feira foi, como habitualmente, preenchida com uma reunião interna de coordenação dos serviços para ultimar os preparativos da semana e preparar os dossiês a aprofundar ao longo destes dias.

Na terça-feira de manhã, realizou-se uma reunião entre executivos na sede da União das Freguesias de Poceirão e Marateca. Uma reunião que, como sempre, foi muito intensa e frutífera, onde houve partilha de informação sobre projetos e temas de interesse para a freguesia. Nessa reunião foram avaliados diversos assuntos levantados pela União das Freguesias do Poceirão e Marateca, efetuado um primeiro balanço sobre a execução das novas competências transferidas pelo Município e esclareceram-se algumas dúvidas que, naturalmente, vão surgindo, à medida que novas tarefas vão sendo operacionalizadas no terreno.

No que respeita à recolha de resíduos, sendo esta uma preocupação transversal a todo o Concelho, que assume particular expressão neste território devido à dispersão do povoamento, a Sr.ª Presidente da União das Freguesias do Poceirão e Marateca colocou algumas questões relativas a diferentes tipologias:

- relativamente aos resíduos sólidos urbanos, encontra-se agendada uma visita ao terreno entre a Junta e técnicos do Município para conferir pedidos de deslocalização de gares, colocação de contentores e outros. Em locais onde os contentores ainda não dispõem de resguardo, em particular, nos núcleos urbanos, o Município mostrou-se disponível para fornecer o material à União das Freguesias, para que proceda à sua fixação;

- sobre a recolha de resíduos valorizáveis, a União das Freguesias de Poceirão e Marateca solicitou o auxílio do Município, na sensibilização da Amarsul para a urgência de assegurar a recolha porta-a-porta no comércio local, algo que esteve previsto antes da pandemia mas não chegou a concretizar-se;

- quanto à recolha de monos, considera que o trabalho desenvolvido pela União de Freguesias de Poceirão e Marateca – que assume esta competência há vários anos por via dos contratos interadministrativos e acordos de execução - tem sido exemplar e, se em 2017, recolheu 600 toneladas, no final de 2022 tinha recolhido 1.700 (quase o triplo). Estes números significam que existe, realmente, um trabalho de recolha muito apurado e intenso, mas também que os monos continuam a ser depositados de forma indevida e em quantidades crescentes. Estando ambas as autarquias empenhadas no combate a este flagelo, foram discutidas novas formas de colaboração, dissuasão e fiscalização de prevaricadores.

Conclui este assunto referindo que um dos piores locais da deposição indevida é em Cajados, junto ao depósito de água, acreditando a União das Freguesias do Poceirão e Marateca que um novo arranjo do espaço pode contribuir para valorizar a envolvente e minimizar a deposição de monos, tendo-se comprometido a elaborar um pequeno projeto, cuja concretização a Câmara Municipal apoiará.

Relativamente à nova concessão de transporte público rodoviário, a União das Freguesias do Poceirão e Marateca informou que solicitou à TML a deslocalização da paragem existente no cruzamento da Estrada dos Espanhóis com a Rua 25 de Abril para um ponto um pouco mais à frente e a instalação de um abrigo de passageiros. Este reparo veio ao encontro das preocupações do Município que, ontem mesmo, efetuou uma visita técnica para definir o local ideal para aquela paragem. Sobre a expectativa de instalação de postos de carregamento assistido, a informação recebida por parte da TML refere que assume ter focado os seus recursos na estabilização da oferta de transporte, tendo remetido a instalação desses postos para uma segunda fase, situação que levará a Câmara Municipal a solicitar um novo ponto de situação.

Na reunião, a União das Freguesias de Poceirão e Marateca deu ainda nota de alguns problemas registados nas escolas, em especial, na EB Cajados. A principal preocupação são os problemas causados pelas infiltrações de água. A Câmara Municipal informou a adjudicação de uma empreitada de impermeabilização da cobertura, que deverá avançar assim que o clima o permita. Relativamente ao levantamento das caixas que se verificou no logradouro, foi devido ao furto da bomba da ETAR, que provocou um fluxo anormal. O Sr. Presidente deu ainda nota, que a Câmara Municipal está a procurar repor a referida bomba e a resolver o sistema de aquecimento, bem como a tratar da questão dos alarmes na EB Águas de Moura.

A União das Freguesias de Poceirão e Marateca questionou ainda sobre o possível regresso da Loja Móvel do Cidadão às freguesias rurais, interrompido durante a pandemia. O Sr. Presidente informou que o Município vai proceder à aquisição de uma nova viatura adaptada e aproveitar este intervalo para rever paragens e circuitos, com o envolvimento das Juntas de Freguesia, agradecendo à União das Freguesias de Poceirão e Marateca o apoio inestimável, que tem assegurado o pagamento da fatura da água nos seus balcões - um serviço muito importante para a população local.

O pacote pesado de ações apoiadas pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) que está previsto para as freguesias rurais, no âmbito da chamada Operação Integrada Local Poceirão e Marateca, também marcou, naturalmente, o momento. O Sr. Presidente informa que são cerca de sete dezenas de operações - cujos beneficiários finais são IPSS, coletividades, escolas e outras entidades, além de importantes intervenções na qualificação do espaço público, atração turística e desenvolvimento económico, social e cultural – e a responsabilidade pela sua concretização está, na sua grande maioria, com o Município, cabendo à União das Freguesias de Poceirão e Marateca as restantes e que a Sr.^a Presidente deu conhecimento da realização de uma reunião, na semana passada, com as equipas técnicas municipais, que estão a apoiar a União das

Freguesias de Poceirão e Marateca neste grande desafio, num relacionamento próximo e de forte colaboração.

Considerando que algumas das operações a concretizar pela União das Freguesias de Poceirão e Marateca estão relacionadas com a afirmação de Águas de Moura no âmbito do Caminho de Santiago (variante da Península de Setúbal), foi dada nota de que está a ser articulada com os municípios limítrofes a estabilização do percurso, a validar pela Via Lusitana, e que também já se realizou uma reunião com as Entidades Regionais de Turismo de Lisboa e do Alentejo, para aferir oportunidades de financiamento para a marcação do percurso, que será, sem dúvida, um fator de forte atração turística e notoriedade para este território.

Entre outras intervenções relativas à rede viária e espaço público, houve oportunidade de esclarecer a União das Freguesias de Poceirão e Marateca sobre o protocolo firmado com a Infraestruturas de Portugal, há dois anos, para a desclassificação do troço da Estrada Regional 5 dentro de Águas de Moura, mais concretamente, a Rua Fundação Gulbenkian. O protocolo prevê a desclassificação deste troço e a sua transferência para o Município, que exigiu a pavimentação e colocação de um semáforo limitador de velocidade. Em reunião recente com a I.P., o Sr. Presidente informou que o protocolo continua no IMT para validação e publicação em Diário da República, sem perspectivas de resolução em breve, pelo que foi decidido intervir no pavimento esta semana, em particular, junto ao abrigo, onde se encontra mais degradado, não deixando de continuar a insistir pela solução de fundo já preconizada.

O Sr. Presidente refere ainda que, no período da tarde de terça-feira, a Sr.ª Vereadora Maria João Camolas e o Sr. Vereador Luís Miguel Calha deram início a um conjunto de reuniões com associações locais, que tiveram como objetivo enquadrar intervenções a realizar nas suas sedes, no âmbito da Operação Integrada Local de Poceirão e Marateca, financiada pelo PRR – que representa 6,5 milhões de euros de investimento direto nestas duas freguesias – ou dar sequência à preparação de planos de trabalho para 2023. Informa que, primeira das reuniões, a Sr.ª Vereadora Maria João Camolas esteve com o Pároco da Freguesia – o Sr. Padre Geraldo Kalemesa - a Sr.ª Presidente do Executivo da União das Freguesias e serviços municipais para debater, essencialmente, a obra de requalificação da Capela Mortuária de Águas de Moura, com financiamento assegurado no âmbito da Operação Integrada Local. A Capela, adjacente à Igreja Paroquial de São Pedro, apresenta, hoje, pouca dignidade e conforto e será alvo de uma empreitada de ampliação e requalificação, com ligação direta ao adro da Igreja. A Paróquia tem um projeto inicial, partilhado com as equipas técnicas municipais, que irão avançar com os projetos de especialidades;

- De seguida, a comitiva municipal e da União das Freguesias de Poceirão e Marateca visitou as instalações do Centro Comunitário de S. Pedro, da Cáritas Diocesana de Setúbal, para abordar a empreitada de requalificação integrada na Operação, com apoio do PRR. Esta resposta social funciona na antiga Escola Básica de Cajados, cedida em contrato de comodato, e encontra-se em bom estado de conservação, pelo que a ação prevista resume-se à recuperação da

cobertura e à pintura interior e exterior do edifício, para debelar problemas de humidade e infiltrações, obra que se prevê concretizar durante o verão;

- Ao final da tarde, seguiu-se um encontro do Sr. Vereador Luís Miguel Calha e serviços respetivos, no Centro Comunitário de Águas de Moura, com os comerciantes locais para fazer o balanço do Programa de Ação para a Valorização da Baixa Comercial de Águas de Moura, que criou novas dinâmicas, como os Mercadinhos d'A Moura, e teve impactos em áreas como a formação, a promoção ou o espaço público, aproveitando para refletir sobre passos futuros. Houve oportunidade, também, para partilhar as ações previstas para Águas de Moura, na Operação Integrada (como a criação de um albergue para peregrinos do Caminho de Santiago, um parque de Autocaravanas, novas intervenções no espaço público, ações de capacitação na área do emprego e empreendedorismo, entre outras), bem como a Estratégia Local de Habitação em curso, no âmbito da qual o Município já se encontra a adquirir imóveis para criar bolsas de habitação em regime de renda acessível;

- Este conjunto de reuniões teve continuidade com a apresentação dos novos órgãos sociais da Associação Cultural "Os Académicos" de Agualva de Cima à Sr.ª Vereadora Maria João Camolas e técnicos municipais da área, num encontro que possibilitou, também, o contacto com o projeto de trabalho desta coletividade;

- De seguida – e novamente no âmbito da Operação Integrada Local – a Sr.ª Vereadora, os serviços da Câmara Municipal e a Direção da Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó estiveram reunidos para debater, primordialmente, a intervenção de requalificação do seu edifício sede;

O Sr. Presidente informa ainda que, na quinta feira, novamente em Fernando Pó, o Sr. Vereador Luís Miguel Calha reunirá com a Comissão Organizadora da Mostra de Vinhos, a propósito da edição deste ano e do objetivo comum de permanente qualificação do certame, procurando atrair visitantes, ampliar a promoção dos produtos locais e dignificar, cada vez mais, os nossos vinhos.

Durante a manhã de quarta feira foram realizadas as habituais visitas públicas, com toda a Vereação, o Executivo da União das Freguesias de Poceirão e Marateca e equipas técnicas do Município.

As visitas iniciaram-se, em Águas de Moura, ao novo Posto de Carregamento de Viaturas Elétricas Ultra-rápido, de 180 kW, que faz parte da Rede *Mobi.e* e vem ao encontro dos objetivos no Plano de Mobilidade Elétrica do Município de Palmela. Instalado pela *SunEnergy*, este equipamento apresenta características ainda raras no nosso país e vem valorizar o território, que a *Mobi.E* reconheceu como essencial e estratégico para garantir o contínuo de circulação de veículos elétricos ao longo do país. O Município tem vindo a trabalhar para alargar a rede disponível e, em breve, fará um concurso público para concessionar postos de carregamento em vários pontos do Concelho;

- Junto ao Sobreiro Assobiador – que foi alvo, recentemente, de uma intervenção de limpeza que aguardava autorização por parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, foi abordada a necessidade de requalificar o Espaço de Jogo e Recreio, numa intervenção que terá de ir além da mera substituição do equipamento, que se encontra em fim de vida, e passar pela reformulação do espaço. Os serviços municipais estão a concluir o programa preliminar, para elaboração de projeto, e a União das Freguesias revelou um pouco sobre o seu futuro Parque de Lazer e Merendas de Águas de Moura, que irá requalificar a zona mais a norte do sobreiro;

- Em Cajados, foi percorrida a zona a intervencionar, no âmbito da segunda fase da empreitada de drenagem de águas residuais domésticas, cujo concurso será lançado brevemente – nomeadamente Rua e Travessa 5 de Outubro, num total de cerca de 1.500 metros de extensão – e verificado, *in loco*, os abatimentos decorrentes da primeira fase, que implicaram valas profundas, com compactação muito difícil, situação que a Câmara Municipal continua a acompanhar com a empresa. Esta primeira fase integrou a construção de quase três quilómetros de rede na Travessa 1.º de Maio, Rua 25 de Abril, Estrada Nacional 10 e Rua Augusto Paciência até à Rua 9 de Março, com entrega dos efluentes na ETAR da Gâmbia, bem como a construção de 90 ramais, de uma conduta elevatória e de uma estação de bombagem. Estima-se servir 270 habitantes com esta primeira fase, que entrará em funcionamento em fevereiro, podendo os moradores pedir a ligação de seguida. Relativamente ao Bairro Palmelão, os testes confirmaram que é possível fazer a ligação gravítica, pelo que iremos, também, avançar com esta ligação, abrangendo 11 famílias.

- De caminho para Fernando Pó, aproveitou-se para passar na Rua Tábua de Salvação, a mais votada para a freguesia de Marateca no ciclo “Eu Participo!” 2022. Apesar de não ter muitos moradores, é uma via de ligação estratégica muito utilizada por quem trabalha em empresas como a FIT, a Parmalat ou o polo logístico da LIDL.

- Na Casa Ermelinda Freitas, em Fernando Pó, presença habitual nos programas da freguesia, porque está permanentemente a inovar e a acrescentar valor à sua marca e ao território, a visita esteve relacionada com a vertente ambiental associada à produção vinícola. Informa que, no ano 2019, a empresa celebrou um acordo com o Município, a Simarsul e a Agência Portuguesa do Ambiente, designado “Protocolo para implementação de plano de ações de modo a garantir que o pré-tratamento dos efluentes resultantes do processo produtivo de adegas assegure as condições de descarga”. Na prática, este trabalho conjunto partiu da identificação de um problema - nomeadamente a incapacidade da ETAR da empresa para comportar os caudais produzidos, com impacto direto no cumprimento dos parâmetros e na própria capacidade de tratamento da ETAR de Águas de Moura – e definiu condições de descarga de efluentes resultantes da produção e normas de atuação para gestão de caudais, que resultaram em benefícios ambientais e económicos, com reflexos, por exemplo, numa enorme redução dos consumos de água. Mais informa que a empresa investiu cerca de 750 mil euros neste propósito, que incluiu a construção de uma lagoa de regularização com 3 mil metros cúbicos

de capacidade, vários sistemas de reaproveitamento de águas, formação interna e assistência técnica, tratando-se de uma boa prática que merece ser conhecida, replicada e distinguida, pelo que o Município desafiou a Casa Ermelinda Freitas a candidatar-se ao programa Eco Empresas. Entretanto, o Município tem introduzido nos diversos fóruns nacionais e internacionais da área, nomeadamente na Rede de Aldeias Vinhateiras e na Recevin, a necessidade de medidas de discriminação positiva para quem produz de forma sustentável, e junto da tutela, para a abertura de linhas de financiamento, no âmbito do Portugal 2030.

- A visita terminou na Humus Farm, empresa que também já foi visitada noutras ocasiões e que, tal como a Casa Ermelinda Freitas, procura inovar por via da qualidade e da diferenciação, fazendo de Fernando Pó, cada vez mais, um pólo de atração turística. A Humus Farm nasceu em 2019 e tem na sua génese a produção biológica certificada de frutas e hortofrutícolas e, paulatinamente, tem vindo a alargar o seu portfólio, com alojamento local (este ano, esperam aumentar o número de casas disponíveis, para 7), loja, sala de eventos, a galeria da Adega com exposições permanentes e temporárias e produtos enoturísticos, em parceria com adegas vizinhas, nomeadamente, atividades de vindimas, cursos de prova de vinhos com a Associação de Escanções de Portugal e a Associação da Rota de Vinhos, e a nova *Escape Room* "Fuga da Adega", já muito procurada por empresas e grupos. Este ano, a Humus Farm pretende implementar um conjunto de outras propostas, desde a feira de material *vintage* "Bazar do Pó" a um restaurante de comida orgânica, passando por uma incubadora de empresas na área da agricultura, com o objetivo de captar talento e fixar gente nova no território.

O Sr. Presidente aproveita para informar que esta era primeira reunião pública descentralizada de 2023 e agradecer muito em ver casa cheia, no renovado Centro Comunitário de Águas de Moura, para acompanhar esta reunião e os assuntos a debater, apelando aos participantes para exercerem o dever cívico de participação e envolvimento na gestão deste território.

Apela ainda à participação, atenção e interesse, igualmente, na noite de quinta feira, às 20h30, no Pavilhão de Fernando Pó, na sessão pública de apresentação da empreitada de modernização da linha ferroviária do Alentejo (troço Poceirão – Bombel), na área geográfica da freguesia de Marateca, promovida pela Infraestruturas de Portugal e a Câmara Municipal. Intervenção que prevê várias alterações no território da freguesia, nomeadamente:

- Supressão de passagens de nível;
- Modernização e duplicação da linha;
- Aumento da velocidade de circulação;
- Adaptação do Apeadeiro de Fernando Pó.

pelo que será, sem dúvida, informação interessante e que importa conhecer.

O Sr. Presidente conclui que, na sexta-feira, realiza, tal como as Senhoras e os Senhores Vereadores com pelouros, atendimentos em Águas de Moura, mediante marcação prévia.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público e menciona que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à intervenção do mesmo. Concede a palavra a quem queira intervir.

[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. Voto de pesar (Sebastião Fortuna).

Aprovada, por unanimidade, a admissão do voto de pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (Tarquínio da Silva Reis – Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Columbófila de Palmela).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** apresenta o voto de pesar que se transcreve:

. Voto de pesar (Sebastião Fortuna).

"A 14 de janeiro, aos 86 anos de idade, faleceu Sebastião Fortuna. O ano de 2023 inicia-se, assim, com uma enorme perda para Quinta do Anjo, terra que o viu nascer e que ocupava um lugar imenso no seu coração, bem como para o Concelho de Palmela e a região.

Décimo filho de uma família de 12, com raízes profundas na história de Quinta do Anjo, Sebastião Antunes de Matos Fortuna começou a trabalhar aos seis anos na distribuição de jornais, que recolhia em Palmela, a pé, para levar até Cabanas. Inspirado pelo exemplo de tenacidade do seu pai - que lutou arduamente para, apesar das dificuldades, frequentar a escola e saber sempre mais – experimentou diversas atividades e profissões, ao mesmo tempo que sentia crescer o apelo pela cultura e pelas artes. No entanto, não foi possível frequentar a Escola de Artes António Arroio, em Lisboa, que lhe fora aconselhada na escola, pelos professores, que cedo registaram o seu talento.

Ajudou a família na produção agrícola e foi carpinteiro de carroças, pintor da construção civil, carroceiro e tanoeiro. A boa compleição física, conquistada por muitos anos a percorrer a região a pé para trabalhar, abriu-lhe as portas para uma carreira desportiva, tendo sido atleta e ciclista pelo Sport Lisboa e Benfica – conquistou, entre outros, o título de Campeão Nacional de Corta-Mato – bem como mecânico da sua equipa de ciclismo, e ajudou vários jovens locais a integrar o clube.

Já adulto, foi distribuidor de gás e teve uma loja de eletrodomésticos e decoração, onde vendia litografias, que procurou imitar, com sucesso. O entusiasmo pela pintura levou-o, então, à Sado Internacional, onde trabalhou como pintor de cerâmica.

Depois do 25 de Abril, aventurou-se com a esposa e os filhos numa temporada nos Açores, onde deu, verdadeiramente, asas à sua arte e criou uma galeria no Clube dos Oficiais da Base Aérea das Lajes, que lhe abriu portas e contactos e levou as suas pinturas pelo mundo.

Na década de 80, regressou a Quinta do Anjo e fundou o Espaço Fortuna – Artes e Ofícios em 1983, com o sonho de criar uma oficina-escola de profissões tradicionais. Cerâmica decorativa, azulejaria artística e tradicional, tijoleira artesanal e cantaria foram algumas das atividades a que se dedicou naquele espaço e que transmitiu, também, a milhares de visitantes, transformando o Espaço Fortuna numa referência.

O Município reconheceu o seu contributo para o desenvolvimento e notoriedade do Concelho, com a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, em 2012.

Ilustre montanhão, comunicador, artista multifacetado e poeta, encantava com a sua capacidade para contar histórias – traço comum na sua família – e sonhar um mundo poético e utópico, simultaneamente tradicional e livre, e permanentemente inspirado pela beleza da Arrábida. A riqueza do seu percurso deixa marcas indeléveis na vida cultural da região e continuará, sem dúvida, a inspirar muitas gerações.

A Câmara Municipal de Palmela **lamenta** o falecimento de Sebastião Fortuna e **endereça à sua família sentidas condolências.**

Submetido o voto de pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Tarquínio da Silva Reis – Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Columbófila de Palmela).

"Tarquínio da Silva Reis, nascido a 01 de dezembro de 1925, em Palmela, atualmente Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Columbófila de Palmela, foi homenageado no passado dia 21 de janeiro de 2023, no Palácio dos Desportos, em Torres Novas. Homenagem inserida na programação da 48ª Exposição Nacional de Columbofilia, organizada pela Federação Portuguesa de Columbofilia.

Tarquínio da Silva Reis, atualmente com 97 anos, é prova do reconhecimento e dedicação pelo serviço prestado enquanto dirigente associativo, foi agraciado pelo Município de Palmela com a Medalha de Ouro "Pelo desenvolvimento do Concelho" no ano de 2010.

A Câmara Municipal de Palmela, **saúda** Tarquínio da Silva Reis pela sua dedicação, resiliência e resistência, com que tem exercido as suas funções enquanto dirigente associativo, desejando os maiores sucessos."

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Ana Elísia Monteiro** apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal).

"Está criada a Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal que vai permitir diferenciar as áreas a norte e a sul do Tejo, dentro da Área Metropolitana de Lisboa.

Por iniciativa do Governo do PS, num compromisso assumido pelo Primeiro-Ministro António Costa, foram dados os passos necessários à alteração da lei de 2013, instituída no Governo do PSD/CDS, de Passos Coelho, e enviada a pretensão para o Eurostat, entidade europeia com responsabilidade no reconhecimento destas divisões administrativas.

Com a aprovação da nova lei pela Assembleia da República, Lei 24-A/2022, de 23 de dezembro, com os votos a favor do PS, PCP, BE e Livre, e a abstenção do PSD, Chega, IL e PAN, e respetiva promulgação pelo Presidente da República, foi feita justiça e reposta a nova designação para a Península de Setúbal.

Finalmente, a Comissão Europeia, através de um “Ato Delegado”, adotou, em 26/12/2022, o Novo Regulamento que institui, em toda a sua amplitude, a NUT II para Setúbal – e consequentemente a NUTS III – que entrará em vigor nos próximos dias.

A verdade é que o anterior enquadramento ‘escondeu’ desequilíbrios demasiado evidentes entre a zona norte e sul da Área Metropolitana de Lisboa, sendo que a situação da Península de Setúbal permanece crítica.

Tendo presente que:

- A Península de Setúbal apresenta singularidades positivas ao nível dos recursos humanos e naturais, das atividades industriais e logísticas e do sector empresarial, que devem ser potenciadas;
- Que há claramente uma identidade territorial, em torno de valores e culturas, mas também da história coletiva profundamente marcada pelas indústrias e pelo cruzamento de culturas;
- Que há uma organização ao nível dos atores que antecipam unidade e concertação;
- E que não obstante alguns investimentos de relevo, como sejam a AutoEuropa, a Península de Setúbal tem sofrido algum declínio económico, que não lhe tem permitido superar os valores médios de referência em termos de produção e exportação da Grande Lisboa.

Embora a aplicação do atual Quadro de Apoio Financeiro, o designado Portugal 2030, a vigorar até 2027, ainda seja aferida à realidade anterior da Área Metropolitana de Lisboa, nada impede que a Península de Setúbal possa ser alvo de uma “discriminação positiva” relativamente ao acesso a fundos europeus, desde que assim seja decidida pela Autoridade de Gestão do Programa Regional, assumida pela CCDR-LVT, e por isso está em curso a nova realidade instituída que vai permitir:

- Já, em 2024, a eleição e constituição da Comunidade Intermunicipal de Setúbal;
- A possibilidade de uma maior participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito de fundos europeus (art. 67º da Lei 24-A/2022);
- A participação no desenho do novo quadro Comunitário, dado que os trabalhos referentes ao desenho da Futura Política de Coesão, pós 2027, estão a ser iniciados.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida em sessão ordinária a 25 de janeiro de 2023, **congratula** a concretização do processo de constituição das NUTS III e NUTS II Península de Setúbal e o início do processo de reconhecimento do seu potencial de desenvolvimento.”

Após a discussão, resulta a seguinte saudação, que inclui os aditamentos do Sr. Presidente, considerado para a tomada da deliberação:

. Saudação (Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal)

“Está criada a Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal que vai permitir diferenciar as áreas a norte e a sul do Tejo, dentro da Área Metropolitana de Lisboa.

Por iniciativa do Governo do PS, na sequência de muitas diligências e tomadas de posição de autarquias da AMRS, da Associação Industrial de Setúbal e de muitos agentes económicos e sociais da Península de Setúbal, num compromisso assumido pelo Primeiro-Ministro António Costa, foram dados os passos necessários à alteração da lei de 2013, instituída no Governo do PSD/CDS, de Passos Coelho, e enviada a pretensão para o Eurostat, entidade europeia com responsabilidade no reconhecimento destas divisões administrativas.

Com a aprovação da nova lei pela Assembleia da República, Lei 24-A/2022, de 23 de dezembro, com os votos a favor do PS, PCP, BE e Livre, e a abstenção do PSD, Chega, IL e PAN, e respetiva promulgação pelo Presidente da República, foi feita justiça e reposta a nova designação para a Península de Setúbal.

Finalmente, a Comissão Europeia, através de um “Ato Delegado”, adotou, em 26/12/2022, o Novo Regulamento que institui, em toda a sua amplitude, a NUT II para Setúbal - e consequentemente a NUTS III - que entrará em vigor nos próximos dias.

A verdade é que o anterior enquadramento ‘escondeu’ desequilíbrios demasiado evidentes entre as zona norte e sul da Área Metropolitana de Lisboa, sendo que a situação da Península de Setúbal permanece crítica.

Tendo presente que:

- A Península de Setúbal apresenta singularidades positivas ao nível dos recursos humanos e naturais, das atividades industriais e logísticas e do sector empresarial, que devem ser potenciadas;
- Que há claramente uma identidade territorial, em torno de valores e culturas, mas também da história coletiva profundamente marcada pelas indústrias e pelo cruzamento de culturas;
- Que há uma organização ao nível dos atores que antecipam unidade e concertação;
- E que não obstante alguns investimentos de relevo como sejam a AutoEuropa, a Península de Setúbal tem sofrido algum declínio económico, que não lhe tem permitido superar os valores médios de referência em termos de produção e exportação da Grande Lisboa.

Embora a aplicação do atual Quadro de Apoio Financeiro, o designado Portugal 2030, a vigorar até 2027, ainda seja aferida à realidade anterior da Área Metropolitana de Lisboa, nada impede que a Península de Setúbal possa ser alvo de uma “discriminação positiva” relativamente ao acesso a fundos europeus, desde que assim seja decidida pela Autoridade de Gestão do Programa Regional, assumida pela CCDR-LVT, e por isso está em curso a nova realidade instituída que vai permitir:

- Já, em 2024, a eleição e constituição da Comunidade Intermunicipal de Setúbal;

- A possibilidade de uma maior participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito de fundos europeus (artº 67 da Lei 24-A/2022);
- A participação no desenho do novo quadro Comunitário, dado que os trabalhos referentes ao desenho da Futura Política de Coesão, pós 2027, estão a ser iniciados.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida em sessão ordinária a 25 de janeiro de 2023, **congratula** todos os atores/agentes políticos, sociais e económicos da Península de Setúbal, que ao longo de muitos anos se bateram pela concretização do processo de constituição das NUTS III e NUTS II Península de Setúbal e o início do processo de reconhecimento do seu potencial de desenvolvimento.”

Submetida a votação a saudação (Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. **Redistribuição de pelouros** – O **Sr. Presidente** comunica uma alteração de pelouros que entra em vigor a partir do dia um de fevereiro. Nesse sentido, informa que Sr. Vice-Presidente, o Vereador Luis Miguel Calha, passará a assumir os pelouros da logística, transportes do município, e conservação e manutenção de edifícios que, na prática, lhe conferirão, a responsabilidade de tutelar politicamente duas divisões, a Divisão de Apoio à Produção e Logística e a Divisão de Edifícios Municipais, sendo uma forma de equilibrar a distribuição dos pelouros. Mais refere que a presente informação será comunicada aos serviços, mas, em 1º lugar, teria que comunicar à Câmara Municipal.

. **Calendário das reuniões de câmara para fevereiro de 2023** – O **Sr. Presidente** informa que a primeira reunião de Câmara de fevereiro realiza-se no dia 8, e não no dia 1 de fevereiro e que a segunda reunião realiza-se a 15 de fevereiro, sendo descentralizada, considerando que se insere na Semana da Freguesia de Pinhal Novo, que se realiza entre 13 e 17 desse mês.

. **Convenção Europeia dos Territórios Vinhateiros** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** cumprimenta todos os presentes, na pessoa do Sr. Presidente e relata que a 1.ª Convenção Europeia dos Territórios Vinhateiros realizar-se-á nos próximos dias 2 e 3 de fevereiro no Centro de Alto Rendimento do Pocinho, em Vila Nova de Foz Côa.

Na qualidade de município associado da AMPV – Associação Portuguesa de Municípios do Vinho, informa que Palmela marcará presença na referida iniciativa que tem como tema “Territórios Vinhateiros como pilar de desenvolvimento”, e que no primeiro dia realizar-se-ão reuniões de trabalho entre técnicos dos municípios associados e parceiros e, no segundo dia, os trabalhos versarão em torno da temática “Estratégias e parcerias para uma valorização integrada dos territórios”.

Mais informa que, de forma a promover a região de Palmela, a representação em causa será composta pela União das Freguesias de Marateca e Poceirão, pela Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal / Costa Azul e por técnicos do município.

Efetua uma referência à aldeia vinhateira de Fernando Pó, que se encontra integrada na rede nacional das freguesias vinhateiras, temática que fará parte do programa em questão, justificando a importância da participação do executivo da referida Junta de Freguesia.

Refere ainda que, na convenção, serão debatidos outros temas de interesse para a área do Enoturismo em Palmela, tais como: Constituição de delegações regionais, Criação dos espaços dos territórios vinhateiros nos municípios, Cidades Europeias do Vinho 2023 e 2024, Concurso de Vinhos – Cidades do Vinho, Gastronomia – Património Cultural, Rainha das Vindimas de Portugal, Concurso Nacional da Canção Rural, Congresso do Vinho e do Mundo Rural, A Vinha e o Vinho – Património Cultural Imaterial de Portugal.

. Ações de reflorestação das áreas ardidas no incêndio de 13 de julho de 2022 – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho menciona que prosseguem, no âmbito da campanha “A Nossa Serra – Ama | Planta | Cuida”, ações de reflorestação das áreas ardidas no incêndio que assolou parte do Parque Natural da Arrábida, no passado dia 13 de julho, e informa que:

- Nos dias 28 e 29 de janeiro, ações de reflorestação no Vale dos Barris e na Quinta da Glória, abertas a todas/os as/os munícipes que, de forma voluntária, queiram participar, mediante inscrição.
- Perspetivam-se ainda a realização ações de reflorestação adicionais, durante o mês de fevereiro, envolvendo o movimento associativo e a comunidade educativa.

Relembra que já ocorreram diversas ações de reflorestação, em novembro e dezembro do ano passado, e que contaram com um forte envolvimento de voluntários, empresas e alunos, que se associaram a esta causa.

Mais informa que, as iniciativas envolvem, ainda, as/os proprietárias/os dos terrenos e contam com o apoio do Projeto ProNatura da ANEFA - Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente, assim como com o apoio de mecenas que cederam diversos exemplares, a Multiópticas, a Fujitsu, clientes da MEO/Altice, Rita Agostinho e a LENNA.

Realça que, no âmbito desta campanha iniciada em novembro, foram já plantados 1500 exemplares de espécies autóctones e que os proprietários afetados pelo incêndio que pretendam receber plantas para ações de reflorestação, ou estejam interessados acolher ações envolvendo voluntários, deverão contactar o Município.

. Campeonato Regional de corta-mato longo – Quinta do Anjo - Palmela – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho transmite que realiza-se no próximo domingo, 29 de janeiro, na Quinta do Anjo, o Campeonato Regional de Corta Mato Longo 2023, de Palmela, numa

organização do Quintajense Futebol Clube, do Palmelense Futebol Clube e da Associação Académica Pinhalnovoense, com o apoio técnico e logístico da Associação de Atletismo de Setúbal, da Câmara Municipal de Palmela e da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Atletismo no Concelho de Palmela.

Informa que, a competição destina-se a atletas federados dos escalões de Infantis a Veteranos que percorrerão várias distâncias entre 2.000 e 8.000 metros, sendo as partidas e chegadas no Recinto de Lançamentos do Quintajense Futebol Clube (situado ao lado do campo de futebol) e que ainda decorre o período de inscrições, sendo objetivo das entidades organizadoras aumentar o número de equipas e de atletas participantes comparativamente à edição de 2022, que foram 20 e 216, respetivamente.

Assuntos apresentados pelos Srs. Vereadores Carlos de Sousa e Roberto Cortegano

. Passadeira para peões na zona de Vale de Touros – O Sr. Vereador Carlos de Sousa alude que, na zona de Vale de Touros, existe uma passadeira na estrada nacional 379-2, frente ao restaurante “O Vale” e a meia dúzia de metros do restaurante, “Os Potes”, que apesar de ser visível, registam-se vários acidentes, os dois últimos nos dias 27 de dezembro de 2022 e no dia 8 de janeiro do presente ano, tendo neste último verificado uma vítima mortal. Refere que, sendo uma estrada nacional e, por conseguinte, pertencente à jurisdição das Infraestruturas de Portugal, importa que esta entidade encontre forma de atenuar a velocidade das viaturas que passam muito depressa pois o município já efetuou a intervenção de colocar a sinalização vertical. Conclui que a população local está bastante revoltada, mas que, na sua maioria, tem conhecimento de quem a responsabilidade ao nível da gestão da estrada, pelo que apela o município pressione, mais uma vez, as Infraestruturas de Portugal em relação a esta matéria.

. Assuntos apresentados na reunião de câmara de 24/08/2022:

. Vários buracos na rede viária – O Sr. Vereador Carlos de Sousa pensa que este assunto é da responsabilidade da Junta de Freguesia do Pinhal Novo, mas que trouxe a reunião de câmara, um conjunto de problemas relacionados com buracos que aconteceram derivado a pequenas ruturas em Vila Serena, nomeadamente na Avenida Natália Correia. Refere que os motivos apresentados para a falta de intervenção tiveram relacionados com o facto de ter havido problemas com a empresa, com a qual estava adjudicada as obras de calcetamento no Pinhal Novo, mas que já passaram vários meses e, segundo os munícipes, continuam a existir os mesmos buracos que foram a apresentados na reunião e que não tem conhecimento sobre a evolução, nomeadamente ao nível da junta de freguesia, pois os munícipes queixam-se que colocam verbalmente as questões, enviam e-mail, e as respostas por parte da Junta de Freguesia são difíceis de chegar ou não chegam.

. Necessidade de execução da rede de esgotos domésticos – O Sr. Vereador Carlos de Sousa informa que existe no Plano de Atividades e Orçamento da Câmara deste ano que, a Rua da Barafunda e a Rua 13 de Maio estão previstas serem pavimentadas e que, há cerca de 2 anos, foi colocada a rede de esgotos domésticos, mas as ligações domiciliárias ainda não estão a ser feitas pela Câmara Municipal, no seguimento de pedidos apresentados pelos munícipes. Apresenta o relato de um munícipe, que a resposta dos técnicos da Câmara foi que faltava fazer uma inspeção à obra. Nesse sentido, questiona o Sr. Presidente sobre o ponto de situação não da pavimentação, que se sabe que está prevista, mas em relação à ligação do esgoto doméstico.

. Pavimentação do aceiro do Anselmo – O Sr. Vereador Carlos de Sousa comunica que é uma obra que também está prevista no Plano de Atividades e Orçamento para este ano e que os munícipes perguntam quando é que terá o seu início. Pensa que, neste momento, é difícil dar essa resposta pelo que sugere que se deveria tentar que a Junta de Freguesia do Pinhal Novo efetue umas intervenções de manutenção, enquanto a pavimentação não avança.

. Assunto apresentado na reunião de câmara de 16/11/2022:

. Desratização – O Sr. Vereador Carlos de Sousa Informa que, apesar de existirem contratos com uma empresa da especialidade, por vezes, deveriam haver ações locais fora dos períodos normais, porque recebeu mais um vídeo, que era para ter enviado, ao Sr. Presidente por whatsapp, filmado de dia com ratazanas a passearem na rua, situação que provoca medo e torna-se perigoso, inclusive para as próprias crianças.

. Pedras da calçada em Quinta do Anjo – O Sr. Vereador Carlos de Sousa indica que nos Portais da Arrábida, numa zona junto à rua João Vaz Corte Real, existe o ATL Academia dos Portais que inclui um jardim de infância e, a zona onde as crianças por vezes brincam, a calçada continua por repor. Perante esta preocupação e sendo um espaço utilizado por crianças, sugere que os buracos deveriam ser tapados o mais rapidamente possível.

. Acesso à tarifa social da água – O Sr. Vereador Roberto Cortegano menciona que foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara Municipal de novembro passado, o acesso automático à tarifa social da água e questiona se o sistema já se encontra a funcionar ou quando estará.

. Cine-Teatro de São Gonçalo – Quinta do Anjo – O Sr. Vereador Roberto Cortegano refere que o espaço foi adquirido em novembro de 2022 pela Câmara Municipal, em avançado

estado de degradação, e tendo na altura sido informado que os serviços municipais iniciaram trabalhos de avaliação do estado do conjunto edificado, questiona em que ponto é que se encontra a situação e se já existe uma ideia do impacto financeiro do mesmo.

. Pavilhão da Escola Secundária de Palmela – ponto de situação da obra - O Sr. Vereador Roberto Cortegano questiona sobre o ponto de situação desta obra.

. Centro de Saúde de Quinta do Anjo – ponto de situação da obra – O Sr. Vereador Roberto Cortegano questiona sobre a falta de desenvolvimento da obra.

. Construção de albergue em Águas de Moura – O Sr. Vereador Roberto Cortegano indica que, no ano de 2022, na semana da União de Freguesias do Poceirão e Marateca foi dado conhecimento que, em Águas de Moura, se iria construir um albergue para servir como local de apoio e abrigo aos peregrinos do Caminho de Santiago, pelo que questiona sobre o seu ponto de situação

Informação prestada pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha

. Medidas estruturantes para as Freguesias de Marateca e de Poceirão – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha considera de extrema importância e congratula-se com a criação da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal. Considera que, estando na freguesia rural da Marateca, não podia deixar de referir algumas medidas ou decisões estruturantes, quer para a freguesia da Marateca, quer para o Poceirão e que, enquanto eleito local, tem sempre a responsabilidade de estar sempre ao lado das populações. Nessa medida, aponta a necessidade da classificação das freguesias Poceirão e Marateca enquanto freguesias rurais, situação que, desapareceu no último Plano de Desenvolvimento Rural e a sua inclusão na lista de zonas desfavorecidas. Crê que a reposição das freguesias e a classificação é também uma expectativa e uma missão dos agentes económicos, locais que, naturalmente, permitiria a criação de mais investimento e de mais emprego nestes territórios, promovendo a fixação das populações e de novas atividades que, no fundo, são importantes para fortalecer a economia local. Realça a necessidade de concretizar, de uma vez por todas, a desagregação das freguesias, considerando uma medida importante, que peca por tardia e espera que seja uma realidade muito em breve.

Face às questões colocadas pelos Srs. Vereadores Carlos de Sousa e Roberto Cortegano, foram dadas as seguintes respostas:

_ Passadeira para peões na zona de Vale de Touros – O Sr. Presidente refere que a passadeira em Vale Touros está bem sinalizada, do ponto de vista horizontal e vertical, que tem

merecido, apesar de não ser da responsabilidade do município, outras medidas para torná-la mais visível e bem sinalizável, nomeadamente com a colocação de um candeeiro de iluminação de passeadeiras e de pinos para impedir que o estacionamento abusivo não prejudique os peões de acederem à berma quando estão a atravessar a passeadeira. Mais refere que foi devidamente calçada mas que, naquele local, é difícil controlar a velocidade cujo limite máximo são 50 km/hora. Informa que no mandato anterior interpelou as Infraestruturas de Portugal, no sentido de colocar naquela zona um semáforo limitador de velocidade, à semelhança de outros que já foram instalados pelas Infraestruturas Portugal e que o Município solicitou a colocação de outros semáforos, mas como as Infraestruturas de Portugal não colocou, o facto de serem em cruzamentos com a estrada municipal, acabou por ser o Município a efetuar o investimento. Evoca que, em reunião realizada no dia 13 janeiro, reportou à Sra. Diretora da Infraestruturas de Portugal, mais um acidente que, não sendo o primeiro, infelizmente foi fatal. Relatou que, na reunião foram abordadas ações mais relacionadas com a ferrovia e com a rodovia e que haverá uma outra reunião de trabalho em breve, que terá como objetivo outras questões de reabilitação de estradas nacionais no território do concelho de Palmela e a sua respetiva planificação. Refere que pretende abordar este problema na reunião e que a Câmara Municipal está disponível para cooperar e encontrar uma solução, para tentar prevenir ocorrências dessa natureza, mesmo sabendo que, o Município não pode, mesmo que pretenda alterar um sinal, fazer uma lomba ou colocar qualquer outro equipamento. Como exemplo, referiu os problemas que surgiram para a realização da obra dos esgotos, que vai rasgar a berma toda para ligar os esgotos em Vale de Touros, tendo o Município que repetir o concurso, fazer novo licenciamento e, à cerca de uma semana, o Sr. Presidente assinar a autorização da caução, e só depois das Infraestruturas Portugal receberem a referida caução, é que a empresa pode começar a obra. Conclui, considerando que, com estas entidades, a relação é muito difícil e que estamos perante um Estado dentro de outro Estado.

_ Diversos assuntos dependentes da Junta de Freguesia de Pinhal Novo – O Sr. Presidente transmite que o Gabinete de Participação e Cidadania fará o respetivo reporte e sinalização de todos os assuntos que digam respeito às competências descentralizadas através dos contratos interadministrativos, ou às competências que foram definitivamente transferidas para as freguesias. Informa que, apesar da responsabilidade ser claramente das freguesias e para efetuar um melhor acompanhamento e monitorização da execução dos trabalhos, solicitou ao senhor chefe da Divisão de Atendimento e Administração Geral um tratamento estatístico das reclamações diferente, independentemente da sua origem. Reconhece que existem, pontualmente, atrasos e que irá pressionar para a sua intervenção e, portanto, fará chegar às respetivas juntas de freguesia. Disso, não tenha dúvida que o fará, seja para os aceiros, seja para a calçada.

_ Cine-Teatro de São Gonçalo, Quinta do Anjo – O Sr. Presidente esclarece que a aquisição foi efetuada há poucos meses e que se constituiu uma equipa técnica, sob responsabilidade do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude, que é apoiado também, tecnicamente, pela Divisão de Estudos, Projetos e Obras Públicas. Informa que, no presente, existe uma vistoria, a monitorização e o diagnóstico, estando longe de chegar a projeto pois antes do mesmo será elaborado um programa preliminar que também partilhará com os presentes.

Refere que a Câmara Municipal tinha conhecimento do estado em que estava o equipamento, do muito trabalho que existe pela frente e que a sua aquisição verificou-se pelo interesse e memória para a comunidade, não devendo, por isso, cair nas mãos de um particular. Informa que o telhado está a ruir e que os serviços já fizeram um diagnóstico, havendo a necessidade de, numa 1ª fase, efetuar medidas de contenção que permitam estancar a degradação do edifício e, numa 2ª fase, realizar um programa preliminar, que será discutido com vários serviços que podem almejar ter atividade e respostas de natureza comunitária, social, mas sobretudo cultural e na área da Juventude e terá o envolvimento da Junta de Freguesia, sendo esse o compromisso existente. Mais informa que só após a conclusão do programa preliminar poderá iniciar-se a elaboração de um projeto integral de reabilitação, que permitirá conhecer o valor da obra, pois considera que devem ser estas as fases de qualquer intervenção de obra pública, pelo que é prematuro mandar palpites sobre se a reabilitação do edifício irá custar 200, 300 ou 500 mil euros. Mais informa que foi elaborada uma candidatura para a reabilitação do edifício, com um orçamento inicial de cerca de 480 mil euros, tendo terminado em 700 mil, situação motivada pelo aumento diário dos preços, pois quando se intervém em edifícios antigos, em diversas fases e vezes, encontram-se sempre surpresas, havendo a necessidade de proceder a alterações ao projeto, pelo que o diagnóstico está a ser elaborado com todo o rigor.

_ Pavilhão da Escola Secundária de Palmela – ponto de situação da obra – O Sr. Presidente relata que a empresa comprometeu-se a arrancar em força no mês de janeiro, facto que veio a verificar-se, pois a movimentação de máquinas, de estaleiro e de abertura de fundações está em curso.

_ Centro de Saúde de Quinta do Anjo – ponto de situação da obra – O Sr. Presidente refere que, sobre a Unidade de Centro de Saúde, a Sra. Vereadora já informou que o projeto foi lançado, mas o Ministério da Saúde ainda não assinou o protocolo com as verbas e que Câmara Municipal está a investir, havendo acordo de financiar.

_ Construção de albergue em Águas de Moura – O Sr. Presidente relembra que, no início da reunião, referiu que este equipamento está a ser trabalhado com a União de Freguesias do Poceirão e Marateca e que é uma das candidaturas no âmbito do PRR. Sobre o o caminho de

Santiago, informa também que tem havido diversas reuniões entre o Sr. Vereador Luís Miguel Calha e parceiros locais.

_ Centro de Saúde de Quinta do Anjo – ponto de situação da obra – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho indica que, o processo está a decorrer dentro da normalidade e que a A.R.S., depois de avaliar e se pronunciar sobre o projeto, veio solicitar a introdução de uma sala de isolamento, que não estava, obviamente, no caderno de encargos, mas que o projetista já se encontra a trabalhar.

_ Desratização – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que ainda não lhe chegou nenhuma reclamação, o que não significa que não existam nos serviços. Sugere que os munícipes contactem diretamente os serviços e façam a sua explanação, de forma a perceber se há necessidade de reforço ou não. Mais informa que, no ano de 2022, o plano de trabalhos foi reforçado, pois realizou-se mais uma campanha (realizaram-se 7 campanhas), tendo-se reduzido o tempo de intervalo entre as mesmas (passou a ser de 3 semanas). Refere que os privados, nos seus terrenos, também têm de efetuar as suas intervenções, sob pena de ficar comprometida a eficácia da campanha municipal. Conclui, apelando que os munícipes remetam as reclamações para os serviços, identificando a rua, para que seja possível avaliar o procedimento, para o ano que está em curso.

_ Necessidade de execução da rede de esgotos domésticos – O Sr. Presidente refere que desconhece se existem pedidos nos serviços de ramal. Informa que os esgotos foram colocados na zona da Rua Luís de Camões, e que a rede será estendida até onde for possível tecnicamente, sendo que, caso exista extensão de rede concretizará também a pavimentação. Mais refere que, pelo mesmo motivo, existem várias obras de rede viária que tem um valor acima do normal, porque aproveitam para substituir ou prolongar redes de saneamento.

_ Acesso à tarifa social da água – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho relata que é um processo burocrático, facto que já tinha referido noutra reunião. Refere que o processo iniciou no dia 26 de outubro de 2022 e que o mesmo obriga que as listagens dos clientes sejam entregues num determinado formato que a DGAL exige, formato esse que a empresa possuía, existindo a necessidade de se preparar e formatar para poder ser entregue ao gestor interno do Município, para que possa introduzir na plataforma da DGAL. Mais refere que, na plataforma do site da DGAL existiram problemas de submissão da listagem, que tiveram de ser solucionados com a intervenção do Gabinete de Informática da Câmara Municipal e da própria DGAL, pois o gestor interno submetia a informação e não tinha feedback de sucesso da introdução dos dados, situação

que, só no dia 24 de janeiro, foi rececionada a última listagem e que foi para o gestor interno, por forma a poder introduzir na plataforma da DGAL.

Mais informa o **Sr. Presidente** que as listagens são depois validadas pela autoridade tributária sendo cruzada com proteção de dados. Mais informa que tem conhecimento de municípios vizinhos, que demoraram um ano e meio para conseguir implementar, esperando que o Município de Palmela consiga, no máximo, em 3 meses, estando a envidar esforços para que a tarifa entre em vigor o mais depressa possível, porque é uma medida que vai aliviar, em termos económicos, muitas famílias com menores rendimentos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Gabinete de Apoio à Presidência

Pelo Sr. Presidente é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Proposta de criação das Freguesias de Marateca e de Poceirão, por desagregação da União das Freguesias de Poceirão e Marateca - Parecer.

PROPOSTA N.º GAP 01_02-23:

«A Assembleia da União das Freguesias de Poceirão e Marateca aprovou, por unanimidade, em sessão pública extraordinária, realizada a 21 de dezembro de 2022, as propostas de criação da Freguesia de Marateca e da Freguesia de Poceirão, por desagregação da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, nos termos e para efeitos do art.º 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, tendo remetido a respetiva deliberação para a Assembleia Municipal de Palmela, no quadro da mesma Lei.

Nesse âmbito, e de acordo com o n.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Palmela solicitou a emissão de parecer à Câmara Municipal.

Os nove anos de agregação forçada permitiram confirmar os receios das populações e autarquias locais perante esta reorganização territorial desenhada artificialmente, sem critérios de gestão e eficiência e sem conhecimento real dos territórios abrangidos. A agregação de duas freguesias extensas e de povoamento disperso resultou num mega território com perto de 300 km² (mais de metade da área total do Concelho de Palmela), que coloca enormes desafios à gestão pública e à satisfação das necessidades coletivas e dificulta a necessária e desejável proximidade às populações. Estes territórios rurais viram, igualmente, a sua capacidade reivindicativa tolhida e os seus agentes perderam múltiplas oportunidades de captação de fundos comunitários, que

permitiriam alavancar investimento em diversas áreas, apoiar comunidades mais desfavorecidas e elevar os índices de desenvolvimento.

Antes de concretizada a agregação e, depois, ao longo destes nove anos, as autarquias locais nunca deixaram de dar voz ao descontentamento das suas populações, que não se reviram neste modelo administrativo e sentiram-se lesadas na sua identidade histórica e sociocultural e nos seus direitos. Foram muitas as diligências políticas, expressas em petições públicas e manifestações, bem como na aprovação de moções pelos órgãos municipais e de freguesia, reivindicando a reposição automática das Freguesias de Marateca e Poceirão. Não obstante o alerta reiterado para a importância de reverter o processo de agregação onde houvesse consenso para tal a tempo das eleições autárquicas de 2021, não foi possível corrigir o mapa das Freguesias para o atual mandato.

Assim, considerando que:

- O cumprimento por Marateca e Poceirão dos requisitos obrigatórios para a criação de novas freguesias;
- A enorme extensão do território resultante da agregação das duas freguesias, já de si com mais de 100 km² cada, e a existência de múltiplos núcleos urbanos dispersos, que dificultam a gestão e a resposta às necessidades das populações e concorrem para uma menor coesão social e territorial;
- A vincada identidade histórica e cultural de cada um destes territórios que, não obstante alguns traços comuns, tiveram diferentes géneses e assumem realidades, necessidades e vontades distintas;
- A ausência - contrariamente ao alegado - de ganhos de eficácia e eficiência, ao longo do período de agregação, a par de dificuldades acrescidas na gestão do território, na resposta às crescentes competências das freguesias e na proximidade com a população e agentes locais, apenas colmatada através do funcionamento de diversas delegações descentralizadas, com inerente incremento de custos;
- A vontade, em bastas ocasiões, expressa pelas comunidades e o consenso político em torno deste propósito;
- A aprovação, por unanimidade, pela Assembleia da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, da desagregação das citadas freguesias;

A Câmara Municipal de Palmela, reunida a 25 de janeiro de 2023, **dá parecer favorável**, nos termos e para efeitos do n.º 4 do art.º 12.º, da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, à Proposta de Criação da Freguesia de Marateca e Proposta de Criação da Freguesia de Poceirão, por desagregação da União das Freguesias de Poceirão e Marateca.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Roberto Cortegano. Aprovado em minuta.

Serviço Municipal de Proteção Civil

Pelo Sr. Presidente são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 2 – Apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes: renovação do Protocolo de Colaboração com as Associações de Bombeiros do Concelho.

PROPOSTA N.º SMPC 01_02-23:

«Considerando que:

1. O Município de Palmela foi precursor no desenvolvimento de parcerias e apoios às Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho, através da criação de instrumentos que permitiram, nos últimos anos, dotar os seus corpos de bombeiros de meios adequados e de prontidão na prestação do socorro à população;
2. Para o efeito foram criados os protocolos de apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes (GBP) celebrados entre a Câmara Municipal de Palmela e as três Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho, que se têm revelado como importantes instrumentos de resposta às nossas comunidades, nos domínios da segurança, prevenção e socorro;
3. Os protocolos têm vigência anual, podendo ser renovados por igual período (cf. nº2 da Cláusula Sexta), não obstante as várias revisões e atualizações de que têm sido objeto;
4. O último protocolo cessou a sua vigência no final de 2022, e as recentes alterações legislativas entretanto ocorridas ou em curso, nomeadamente no que resulta no processo de descentralização de competências previstas para as autarquias locais, impõem a necessária e ponderada reflexão sobre a matéria da proteção civil e socorro;
5. Para o presente ano pretende-se manter a composição dos GBP, efetuando pequenos ajustes de acordo com o disposto na cláusula quinta daquele protocolo;
6. Assim, e em resultado da reflexão realizada entre as partes – Câmara Municipal de Palmela e Associações Humanitárias de Bombeiros – propõe-se que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea u) do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a renovação dos Protocolos de Apoio ao Funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, a celebrar com as Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho, nos termos da minuta anexa à presente proposta, a qual incorpora o seguinte:
 - a. Comparticipação destinada ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, no valor global de 391.104,00€ (trezentos e noventa e um mil, cento e quatro euros), a dividir pelas três associações, conforme quadro *infra*:

Associação	N.º (mínimo) Elementos	Valor (€)
Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela	8	130.368,00
Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo	8	130.368,00
Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura	8	130.368,00
TOTAIS	24	391.104,00

- b. Os montantes das comparticipações destinadas a custear as despesas assumidas pelas Associações com os seguros das viaturas de emergência, os quais sofreram pequenos ajustamentos, decorrentes da aquisição e/ou abate de viaturas ocorridos no ano transato, bem como, eventuais alterações da sua tipologia, no valor global de 18.344,00€ (dezoito mil trezentos e quarenta e quatro euros), a dividir pelas três associações, conforme quadro infra:

Associação	N.º Viaturas	Valor (€)
Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela	29	6.789,00
Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo	27	6.307,00
Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura	21	5.248,00
TOTAIS	77	18.344,00

.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 3 – Pagamento das Equipas de Intervenção Permanente (EIP) – Associações de Bombeiros de Palmela, Pinhal Novo e Águas de Moura.

PROPOSTA N.º SMPC 02_02-23:

«Fruto dos protocolos celebrados entre as três Associações de Bombeiros, a Câmara Municipal e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, a resposta dada à comunidade pelas Equipas de Intervenção Permanente – EIP nos domínios da segurança, prevenção e socorro, é bastante positiva.

Em 2022, as três Associações de Bombeiros manifestaram interesse em constituir uma segunda EIP, cuja disponibilidade foi prontamente outorgada pela Câmara Municipal, comunicando tal facto à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, que promoveu a sua aprovação.

O concelho de Palmela comporta vários riscos, já que se constitui como um dos maiores territórios da Península de Setúbal, integrando o Parque Natural da Arrábida. Além disso, possui vários riscos associados ao transporte de mercadorias perigosas nos eixos rodoviários e ferroviários, assim como integra diversos estabelecimentos industriais de grande relevância. Estes factos traduzem-

se numa necessidade, por parte da Câmara Municipal de Palmela, de efetuar um esforço financeiro acrescido na área da proteção civil.

Assim, considerando:

- A reflexão realizada entre as partes - Câmara Municipal de Palmela e Associações Humanitárias de Bombeiros;
- A aprovação dos protocolos para a constituição das várias Equipas de Intervenção Permanente (EIP) nos corpos de bombeiros de Palmela, Pinhal Novo e Águas de Moura, celebrados com as três Associações de Bombeiros, Câmara Municipal e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
- Que cada EIP é composta por cinco elementos (1 chefe e 4 bombeiros), sendo a sua remuneração e outros encargos associados (taxa social única, subsídios, etc., definidos entre junho e dezembro de cada ano), suportados em partes iguais entre a ANEPC e a Câmara Municipal;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea u) do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a comparticipação destinada ao funcionamento das EIP, em 2023, no valor global de 161.056,01€ (cento e sessenta e um mil, cinquenta e seis euros e um cêntimo), de acordo com o quadro seguinte:

Associação	Elementos (EIP 1)	Elementos (EIP 2)	Valor (€)
Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela	5	-	34.884,31
Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo	5	4	63.085,85
Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura	5	4	63.085,85
TOTAIS	15	8	161.056,01

.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pelo Sr. Presidente são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Aprovação do Mapa de Demonstração de Fluxos de Caixa 2022.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_02-23:

«O «Mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa» é um dos elementos contabilísticos que integram o documento de prestação de contas do município, e tem por objetivo reportar, em termos orçamentais e numa ótica de caixa, os recebimentos e pagamentos efetuados no exercício, possibilitando desse modo fixar o saldo de gestão a transitar para o ano seguinte.

Desde de 2019 que a legislação permite, embora restringindo à receita consignada, antecipar a incorporação do saldo de gestão nos documentos previsionais através da aprovação pelo órgão

executivo do Mapa de Fluxos de Caixa (cf. n.º 6, do art.º 40º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, com a alteração aprovada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto), possibilitando desse modo o acesso a recursos financeiros – por vezes relevantes – de outro modo só disponíveis após aprovação dos documentos de prestação de contas que, por imperativo legal, terão de ocorrer, obrigatoriamente, na reunião ordinária de abril do órgão deliberativo.

Esta norma jurídica foi revista pelas Leis do Orçamento de Estado desde 2020, passando a aplicar-se à totalidade do saldo de gerência e não somente à receita consignada, expurgando-a assim de uma limitação que comprometia fortemente a sua eficácia (cf. art.º 81º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 dezembro, para o ano corrente). Nos termos da lei, a incorporação da totalidade do saldo de gerência concretiza-se através de uma Alteração Modificativa (anterior revisão) a aprovar pelo órgão deliberativo.

Assim, e tendo em consideração que é urgente proceder à incorporação do saldo de gerência de 2022 nos documentos previsionais de 2023, de modo a possibilitar ao município aceder a recursos financeiros com uma expressão muito substantiva, indispensáveis para a concretização do seu plano de atividades e plano de investimentos, propõe-se,

1. que ao abrigo do disposto n.º 6, do art.º 40º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, alterada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, conjugado com o art.º 81º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 dezembro, a Câmara Municipal aprove o «Mapa de Demonstração de Fluxos de Caixa de 2022», documento que se anexa e faz parte integrante da presente proposta;
2. que o saldo resultante da execução orçamental a incorporar nos documentos previsionais em vigor, mediante Alteração Modificativa a aprovar pelos órgãos municipais, seja fixado em 19.881.790,46 € (dezanove milhões, oitocentos e oitenta e um mil, setecentos e noventa euros e quarenta e seis cêntimos), cujo cálculo resumidamente se explicita:

Receitas Orçamentais de 2022 (1)	68.027.409,29 €
Despesas Orçamentais de 2022 (2)	64.813.227,44 €
Saldo Orçamental do exercício (3) = (1)-(2)	3.214.181,85 €
Saldo orçamental transitado de 2021 (4)	16.667.608,61 €
Saldo orçamental transitado de 2022 (5)=(3)+(4)	19.881.790,46 €

.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 5 – 1.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027.

PROPOSTA N.º DAFRH 02_02-23:

«A 1.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027 tem como finalidade proceder ao reforço de dotações com insuficiência de verbas para acomodar encargos

transitados do ano de 2022 e cuja liquidação se considera imperiosa para assegurar o cumprimento da Lei dos Compromissos em Atraso, bem como, o reforço de ações com dotação insuficiente de modo a possibilitar a adjudicação de procedimentos concursais urgentes, nomeadamente:

1. Reforço da dotação de diversas ações do projeto Aquisição e Reparação de Máquinas e Viaturas, de modo a permitir o lançamento de procedimentos concursais;
2. Reforço da dotação de diversas ações do projeto Cidadania e Empoderamento de Comunidades, de modo a permitir o lançamento de procedimentos concursais;
3. Reforço da dotação da ação «Execução de Obras de Infraestruturas em Substituição dos Titulares de Alvarás de Loteamento», de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal;
4. Reforço da dotação da ação «Requalificação do Jardim Ferreira da Costa, Venda do Alcaide», de modo a permitir o pagamento de trabalhos complementares;
5. Reforço da dotação da ação «Beneficiação das Pracetas NE e NO da Nova Palmela», de modo a permitir a adjudicação de procedimento concursal e cuja dotação se encontra parcialmente "a definir";
6. Inclusão de nova ação «Programa de Artes Visuais», de modo a permitir a aquisição de obra de arte;
7. Inclusão de nova ação «Plano de Promoção da Acessibilidade de Pinhal Novo», de modo a permitir a adjudicação de procedimento concursal.

Foram, igualmente, introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

A compensação destes reforços foi efetuada com a diminuição da dotação de diversas ações cujas verbas não serão necessárias utilizar nos primeiros meses do ano e que serão repostas na 1.ª Alteração Modificativa aos documentos previsionais, com a inclusão do saldo de gerência de 2022.

No capítulo da receita efetuou-se o reforço da rubrica de transferências correntes no valor de 83.025,00 € (oitenta e três mil e vinte e cinco euros) relativo à participação do projeto Cidadania e Empoderamento de Comunidades (PRR).

O total do Orçamento após a 1.ª Alteração Permutativa é de 72.640.476,00 € (setenta e dois milhões, seiscentos e quarenta mil, quatrocentos e setenta e seis euros) que representa um acréscimo de 0,11% relativamente ao Orçamento atual.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 1.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Roberto Cortegano. Aprovado em minuta.

Saída da reunião do Sr. Presidente

Nesta altura, ausenta-se da sala o Sr. Presidente, ficando o Sr. Vice-presidente na condução da reunião.

Departamento de Educação e Coesão Social

Gabinete de Projetos Socioeducativos

Pela Sra. Vereadora Maria João Camolas é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Desvinculação do Município de Palmela da Associação UNIV Sénior de Palmela.

PROPOSTA N.º DECS_GPS 01_02-23:

«O Município de Palmela, no âmbito das suas políticas promotoras do Envelhecimento Ativo, Saudável e da Relação entre Gerações, e reconhecendo a importância de constituição, no território do concelho de Palmela, de uma resposta socioeducativa estruturada, sustentável, pensada e dinamizada com e para a população de mais idade, participou no desenvolvimento e constituição da Associação UNIV Sénior de Palmela, em situação de paridade com os demais parceiros locais.

Para o efeito, e na sequência da deliberação deste órgão, tomada em 07/02/2018, e em Assembleia Municipal em 22/02/2018, foi aprovada a participação do Município como um dos elementos fundadores da UNIV Sénior de Palmela.

Em 14/11/2019, foi constituída a Associação UNIV Sénior de Palmela e em 13/02/2020 procedeu-se à eleição dos seus Órgãos Sociais, tendo o Município de Palmela sido eleito como Presidente da Assembleia Geral.

Estando o Município vinculado a observar os regimes legais específicos no domínio de participações locais, com sujeição à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sendo para este efeito considerado como entidade pública participante, designadamente, com as obrigações derivadas dos artigos 56º e 59º e, por remissão, dos artigos 32.º, 41.º, 47.º, 53.º a 55.º da referida Lei, na sequência da atribuição de visto pelo Tribunal de Contas, a sua responsabilidade ao nível da assunção de encargos sociais, ficou circunscrita, entre outros, ao pagamento de quotizações, não podendo contribuir, a título de apoio, designadamente, através da disponibilização de quaisquer bens ou serviços para o funcionamento da associação.

Face ao exposto, e considerando que as limitações que a presente condição de entidade participante impõe em nada beneficia a Associação UNIV Sénior de Palmela, **propõe-se à**

Câmara Municipal aprovar e submeter a deliberação da Assembleia Municipal, a desvinculação do Município de Palmela da Associação UNIV Sénior de Palmela, ao abrigo das alíneas ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, e n), do n.º 1, do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ainda do n.º 1, do artigo 53.º (por remissão do n.º 4 do artigo 56.º) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Regresso do Sr. Presidente à sala

O Sr. Presidente regressa à sala da reunião.

Departamento de Educação e Coesão Social

Gabinete de Habitação

Pela Sra. Vereadora Maria João Camolas é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Projeto de Regulamento Municipal de Habitação – Discussão pública.

PROPOSTA N.º DECS_GH 01_02-23:

«Em reunião de Câmara realizada em 02/02/2022 foi deliberado o início do procedimento de alteração do Regulamento de Acesso e Atribuição de Habitações Municipais, com vista a assegurar, no âmbito da respetiva preparação, a participação e constituição de interessadas/os bem como apresentação de eventuais contributos.

Pelo Edital nº 41/DAFRH-DAAG/2022 datado de 2022/02/07 e afixado nos locais habituais, foi tornado público que durante dez dias, entre 7 e 21 de fevereiro de 2022, decorria o prazo para constituição de interessados/as, findo o qual, não se verificou qualquer pedido, solicitação, manifestação ou contributo.

No decorrer do processo de elaboração do projeto de alteração ao regulamento, concluiu-se pela oportunidade e necessidade de, por um lado, densificar as regras de atribuição em conformidade com as necessidades impostas pelo Programa 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (Decreto-Lei n.º 37/2018 de 4 de junho, na sua atual redação), e pelo Aviso N.º 01/C02-i01/2021 do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), e, por outro lado, estabelecer um conjunto de regras de gestão do parque habitacional municipal, nos seus diferentes domínios.

Neste sentido, verificou-se uma evolução do processo de alteração ao regulamento vigente para uma efetiva proposta de um novo regulamento, cujo projeto foi objeto de parecer dos serviços internos do Município bem como do Encarregado de Proteção de Dados.

Assim, e em cumprimento do disposto no art.º 101.º, do Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o estatuído na

alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambos na sua redação vigente, propõe-se que, relativamente ao Projeto de Regulamento Municipal de Habitação, anexo à presente proposta e que faz parte integrante da mesma, a Câmara Municipal delibere:

1. A abertura de período de discussão pública, por período de 30 dias, nos termos do art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo;
2. A submissão da proposta à Assembleia Municipal, após consulta pública, caso não existam contributos decorrentes do referido período, com vista à sua aprovação nos termos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do RJAL, e simultânea revogação do Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitações Municipais, publicado pelo Aviso n.º 15429/2017 de 21 de dezembro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Divisão de Cultura e Desporto

Pela Sra. Vereadora Maria João Camolas é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Cedência precária de domínio público à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local para a realização da Feira Divertimentos de Carnaval em Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 01_02-23:

«A Câmara Municipal de Palmela tem, no associativismo, um parceiro privilegiado e um pilar insubstituível nos processos de construção, cooperação e desenvolvimento dos territórios.

No Concelho de Palmela prevalece um Movimento Associativo riquíssimo e com profundas ligações às comunidades onde se insere, sendo a realização de iniciativas locais um desses exemplos.

Nesse sentido, pretende a Associação de Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local, organizar, no período de 10 a 26 de fevereiro de 2023, uma Feira de Divertimentos de Carnaval em Pinhal Novo, como dinamização da comunidade e angariação de receitas que contribuam para a realização das Festas Populares de Pinhal Novo, iniciativa interrompida durante o período pandémico que recentemente se atravessou.

Para esta atividade, a organização tem necessidade de recorrer à utilização de espaço público para a implantação de atividades de cariz comercial, as quais representam a principal fonte de receita financeira.

Desta forma, considerando que:

- cabe à Câmara Municipal de Palmela apoiar, pelos meios adequados, atividades de interesse municipal;
- as iniciativas necessitam, para a sua concretização, da utilização de espaço de domínio municipal;
- a cedência de espaço de domínio municipal, público ou privado, se revela por isso meio idóneo indispensável à normal realização das atividades;
- as entidades promotoras assumem uma posição central na organização e planeamento do espaço de realização das iniciativas;

propõe-se à Câmara Municipal, em conformidade com a alínea u), do n.º 1, do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar a cedência precária e gratuita de domínio municipal, constituído pelo parque de estacionamento da Praça da Independência e bolsa de estacionamento da Av. Alexandre Herculano, entre o cruzamento dos “Pinheirinhos” e a estação Ferroviária, conforme planta do espaço em anexo, e que faz parte integrante da presente proposta, durante o período de 6 a 27 de fevereiro de 2023, à Associação de Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local (NIF 504 705 873), devendo, igualmente, os serviços municipais considerar que, durante o período de cedência, e por razões de circulação e segurança, será desaconselhável, salvo motivos ponderosos, proceder a licenciamentos precários de ocupação de via pública junto das vias de acesso à área cedida e noutros locais de proximidade que aconselhem a mesma prudência.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das zero horas e catorze minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco